

Desigualdade no meio rural pode crescer, alerta Cebrap

Pandemia torna ainda mais urgentes ações coordenadas

Por José Florentino — De São Paulo

04/02/2022 05h01 · Atualizado há 6 horas



Não é só nos grandes centros urbanos do país que a fome se acentua: no meio rural, 15% da população enfrentava privações severas em 2019 — e o quadro piorou — Foto: Márcia Foletto/Agência O Globo

Não é novidade que, no Brasil, **atividades agropecuárias** que geram resultados bilionários ainda dividem os rincões com a **pobreza extrema**. Cerca de 5 milhões de pessoas, ou pouco mais de 15% da população rural do país, passavam por privações severas em 2019, e outras 17 milhões (52,9% do total) eram pobres. Um quadro preocupante, que se agravou com a piora da economia a durante a pandemia.

Para que a situação melhore, o estudo “Inclusão Produtiva no Brasil Rural e Interiorano”, elaborado por pesquisadores do núcleo de sustentabilidade do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (**Cebrap**) em parceria com as **Fundações Arymax e Tide Setubal** e com o **Instituto Humanize**, propõe uma abordagem de longo prazo com esforços dos setores público e privado.

A Pesquisa de Orçamento Familiar do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostra que o número de pessoas passando fome caiu no país entre 2004 e 2013, mas a curva se inverteu nos anos seguintes. Hoje, os níveis de insegurança alimentar estão nos mesmos patamares de 15 anos atrás, segundo dados do IBGE e da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede Pensann). Em 2020 e 2021, o aumento da insegurança alimentar grave foi, em média, de 27,6% ao ano.

Segundo os pesquisadores do Cebrap, os problemas sociais no interior do país não serão resolvidos com ações isoladas de financiamento, assistência técnica, digitalização e associativismo. É preciso unir esforços em todas essas frentes para estruturar os microprodutores. Mais do que ensinar a pescar, o estudo defende a necessidade de garantir a existência de peixes.

Desigualdades no campo

O trabalho enfatiza, ainda, que as desigualdades no campo também são um problema complexo demais para ser resolvido apenas pelo Estado ou pelo setor privado. “Funciona melhor se tivermos uma coordenação entre esses atores. O setor privado tem embriões e inovações localizadas, mas está longe de ser regra. E não dá para ser”, afirma o pesquisador **Arilson Favareto**.

Segundo ele, cabe ao Poder Público estimular, por meio de políticas fiscais, empresas que priorizam a compra de pequenos produtores, como acontece no segmento de biodiesel, em que boa parte da matéria-prima vem dessa categoria de agricultores. Já o setor privado precisa entender que vale a pena investir no entorno para além das estradas. A construção de escolas, hospitais e áreas de comércio beneficia a economia local, gera demanda e qualifica melhor a mão de obra, o que pode render benefícios mais à frente.

Favareto concorda que o setor privado está avançando na **agenda ambiental**, mas é um dos que alertam que as questões sociais têm ficado em segundo plano e podem se agravar. O objetivo do estudo, reforça, não é demonizar o agronegócio nem estimular uma visão dicotômica. Por exemplo: se a mecanização da produção agrícola é uma realidade, é preciso encontrar saídas para os trabalhadores que perderam os empregos ao longo do processo.

Nesse contexto, observa o pesquisador, é importante criar alternativas de renda nas zonas rurais que não estejam associadas diretamente ao agronegócio. “Existe, hoje, uma fé de que a pujança do agronegócio vá gerar oportunidades para todos, mas não vai. A tendência é poupar trabalho. Esse problema não será resolvido naturalmente”, frisa.

Favareto cita, por exemplo, um levantamento que identificou queda de 67% no número de postos de trabalho do setor sucroalcooleiro entre 2008 e 2018, de 652,9 mil para 213,4 mil, por causa, sobretudo, da mecanização da colheita de cana.

Atividade no campo

Apesar da fragilidade das economias interioranas, 49% da população ocupada que reside em áreas rurais, ou 10 milhões de pessoas, não trabalha na atividade agrícola. Além disso, metade daqueles que trabalham no agro moram em áreas consideradas urbanas nos municípios. São 7,5 milhão de pessoas. “É preciso olhar para o espaço e pensar onde estão as oportunidades de inclusão de pessoas pela via do trabalho”, defende Favareto.

O pesquisador acredita, por fim, que a digitalização do segmento também precisa ser pensada pela ótica social, para que não se crie mais um abismo entre grandes e pequenas propriedades. **A pesquisa realça que 71,8% das propriedades rurais não têm acesso à internet**, conforme o Censo Agropecuário de 2017. São mais de 3,6 milhões de fazendas sem conexão.

Além disso, boa parte da inovação para o agro é desenvolvida no Centro-Sul, com foco nas necessidades dos produtores dessa região - apenas 7% das quase 1,6 mil agtechs brasileiras estão nas regiões Norte e Nordeste, segundo o relatório Radar Agtech 2021. “Como um pesquisador no interior de São Paulo vai desenvolver uma solução precisa para um agricultor do interior do Acre? Não vai, não é a realidade dele”.

De acordo com o pesquisador, é preciso uma estratégia para levar as agtechs às regiões periféricas do país, como aconteceu com grandes multinacionais que abriram operações em países emergentes para desenvolver tecnologias adequadas a esses países com condições muito diferentes de nações ricas, como Estados Unidos e países da Europa.